

Teoria Política do Estado de Bem-Estar: uma visão luhmanniana

Autora: Carmen Denise Bonotto

Advogada e Professora

Publicado na Edição 17 - 25.04.2007

Introdução

O presente ensaio aborda, sucintamente, a Teoria Política do Estado de Bem-Estar preconizada pelo sociólogo contemporâneo Niklas Luhmann, assim como o conceito investigado pelo autor na obra *Teoría de la sociedad* no que tange à comunicação, sua impossibilidade e superação. O vínculo Direito, Sociedade e Bem-Estar, no contexto histórico ou nas ciências afins, sempre pautou as discussões surgidas no ambiente dos sistemas sociais. A admiração pela complexidade da construção do mundo tem provocado, como reação, o discurso sobre as teorias da criação; porém, o homem hodierno questiona não somente essas teorias, mas também os problemas que se estabelecem pela complexidade, que na perspectiva da teoria luhmanniana não deve ser vista como um obstáculo para a construção do sistema, uma vez que este surge como redução dessa mesma complexidade.

Palavras-Chave: Bem-Estar – Comunicação – Sociedade - Complexidade.

Teoria do Estado de Bem-Estar: uma visão sociojurídica

Nas democracias⁽¹⁾ hodiernas, não se pode abandonar o Estado de Direito, lembrando sempre que este se coaduna com o direito social. Há, evidentemente, uma inter-relação entre ambos; um não poderia sobreviver sem o outro em uma sociedade dita democrática. Raffaele De Giorgi⁽²⁾ (1998, p. 49-60) afirma que “a democracia moderna é uma história de promessas não cumpridas”.

Enfoca-se que o paradigma constitucional do Estado Social de Direito opera-se nos primórdios do século XX devido à ampliação da aplicabilidade dos direitos à igualdade e à propriedade; e às rupturas que se deram em face do sistema capitalista, o que resulta na passagem do Estado liberal (marcado pela idéia de limitação de poder) para o Estado social (fundado na participação popular). Lembra Mario Lúcio Soares (2001, p. 289) que “a influência da práxis política social-democrata foi decisiva para que os direitos fundamentais alcançassem o status socialis e marcou o trânsito do Estado liberal para o Estado social de direito”.

O “Welfare State”,⁽³⁾ “Estado de Bem-Estar”,⁽⁴⁾ que surge a partir das primeiras décadas do século XX e que se constituiu no modelo de Estado

com forte aparato de implementação de políticas públicas nas mais diversas áreas, notadamente a social, com características do modelo conservador e corporativista, materializa os direitos socioeconômicos para segmentos populacionais subalternos que, de certa forma, foram integrados à sociedade através de políticas públicas que visavam ao pleno emprego. Nessa perspectiva, o Estado social de direito tornou-se Estado administrador, permitindo o predomínio da administração sobre a política, ou da técnica sobre a ideologia. Procura-se satisfazer o objetivo de compatibilizar, dentro do mesmo sistema, o capitalismo, como forma de produção, e a consecução do bem-estar social geral.

A finalidade principal do Estado social de direito, em verdade, sempre foi a obtenção do Welfare State através de pressão fiscal, com implicações na propriedade privada, expropriações por razões de utilidade social e planificações econômicas. Gosta Esping-Andersen (1995, p. 108) assevera que “não se pode desconsiderar os efeitos econômicos do Welfare State. Mas tampouco podemos esquecer que a única razão para promover a eficiência econômica é a de garantir o bem comum”.

Ademais, a finalidade principal da sociedade organizada é o bem-comum de seus membros, cabendo ao Estado garantir aos atores sociais, como membros desta, as condições essenciais para a consecução de seu bem-estar material. Bonavides (2006, p. 373), ao abordar o Estado ativo, define-o como perseguidor de melhoramento moral e material dos cidadãos.

Já para o jus-sociólogo alemão Niklas Luhmann (2002, p.31-32), o Estado de Bem-Estar, que se desenvolveu nas zonas mais industrializadas do mundo, não pode ser simplesmente compreendido como Estado Social, porque atualmente o Estado de Bem-Estar significa e exige algo mais que a mera assistência social, assim como a compensação das desvantagens, entendida como ações vivenciadas pelos cidadãos na vida social preestabelecida pelo Estado.

Dessa maneira, deve ser compreendido mediante o “princípio da compensação”, ou seja, formando uma dinâmica, de certa forma autopoiética, porque, na medida em que surgem novas necessidades, estas também devem ser compensadas pelo Estado. Embora os limites materiais e conceituais não deixem de existir, cai-se no problema de “competência para compensar a incompetência”. Logo, se é este o discurso do Estado de Bem-Estar, primeiramente deve ser reconhecido para, em um segundo momento, ser praticado. A crítica luhmanniana (2002, p. 32) refere-se à industrialização da sociedade moderna, porque esta transforma as políticas de Bem-Estar, muitas vezes, pelas práticas consumeiristas.

Observando o passado, pode-se dizer que os problemas foram criados exatamente pela aplicação dos mesmos princípios que se espera seguir no

futuro. A preocupação de Luhmann (2002, p. 34) é buscar uma teoria para o Estado de Bem-Estar que sirva para potencializar as pretensões reflexivas que devem ser produzidas dentro do sistema político, sem que seja questionada a separação entre ciência e política como distintos sistemas sociais. Também a busca da inclusão política mostra-se fundamental nesta visão. A comunicação “segue sendo possível apesar de tudo”.

Mas “a sociedade é a própria comunicação, e tudo o que se comunica faz parte da sociedade ou é sociedade”. Nesse contexto, a sociedade opera através da realidade, ou seja, através da clausura auto-referencial, sendo esta ordenada de forma auto-substitutiva, “de vez que tudo que deve ser substituído ou mudado, em seu interior, deve ser mudado ou substituído a partir de seu próprio interior”. Desta forma, e só assim, é que a sociedade pode comunicar-se, transformando-se e complexificando-se (SCHWARTZ, 2005, p. 70-72).

De qualquer forma, é no plano operacional que “el sistema de la sociedad está obligado a observar sus propias comunicaciones: en este sentido debe realizar una autoobservación continua” (LUHMANN, 1993, p. 381). Nesta ótica, não existem possibilidades de comunicação fora da sociedade.

As idéias políticas determinam nossas orientações cotidianas, assim como se associam a concepções tais como Constituição, Política, Democracia, Valores Fundamentais, Estado de Direito e Estado Social, possuindo um fundamento teórico. No entanto, isto não significa que exista uma ciência teoricamente orientada que se ocupe dos mesmos; porém, maior relevância há nos conceitos, assim como as conquistas institucionais derivadas deles. O que parece certo é que os esforços científicos a fim de descobrir as estruturas e os processos da política se limitam à descrição e à explicação do modo em que se encontram, atuando também nos processos de desenvolvimento. O nascimento do Estado Moderno na Europa foi acompanhado por uma teoria política, que refletiu no seu desenvolvimento, à medida que se tornou visível a reação ante os problemas e o oferecimento de soluções jurídicas e institucionais (LUHMANN, 2002, p. 35).

Entretanto, é somente no século XVI que surge a percepção das novas formas de concentração política, ou seja, uma idéia teológico-jurídica de uma autoridade natural emanada diretamente de Deus. A Constituição, a divisão de poderes, a legitimação política, valores fundamentais, a democracia são avanços teóricos do século XIX e constituem-se no ponto de partida no qual se apóia o desenvolvimento do Estado de Bem-Estar. Somente no século XX, ele aparece com “impulso próprio, auto-regulado”. O problema que se estabelece na sociedade moderna é fundamentalmente sobre os meios de produção e a propriedade (LUHMANN, 2002, p. 39). Já para Gomes (2000, p. 25), o Estado de Bem-Estar foi marcado pela “extensão gradual do direito de voto à totalidade dos adultos, pela

expansão das funções de intervenção do Estado, pela convenção da questão social em prioridade política pela incorporação da dimensão social na própria democracia liberal”.

A partir dessa perspectiva, surgem as expressões “globalização”, palavra inventada em 1944 por Reiser e Davies, na qual previram “uma síntese planetária de culturas”; e “humanismo global”, termo que remonta aos anos de 1960 (GOMES, 2000, p. 19). A globalização é um “fato econômico e também tecnológico” que produz consequências, no sistema político, por vezes adversas ao homem. De certa forma, pode-se afirmar que é o nome do capitalismo da contemporaneidade. Estados-nação, em muitas oportunidades, se curvam à definição e à implementação de políticas nacionais de inclusão social em prol das regras e restrições impostas pelo e para o mercado globalizado (PEREIRA, 2003, p. 364).

Cumprir notar que alguns autores⁽⁵⁾ argumentam ser a globalização uma política contra a social democracia, ou contra o bem-estar e a cidadania. Fundamentam, além disso, que ela corrói imensuravelmente as conquistas dos movimentos sociais, subjugando a classe média baixa e privilegiando as camadas superiores da sociedade.

Hodiernamente, a globalização é a força dominante da economia de mercado, ou seja, de uma obsessiva competitividade internacional, com forte aparato decisório nas sociedades em redes. As expectativas monetárias “giram a roda” e possuem a força de minimizar o poder de alguns Estados no que tange ao bem-estar de seus cidadãos em prol da competitividade especulativa de capitais móveis.

Neste sentido, inegável que o Estado de Bem-Estar possui uma crise, a da exclusão social, da falta de prestações sociais condizentes no que diz respeito a condições de emprego, trabalho, educação, saúde e demais itens. Mas o desafio é justamente este: como materializar e implementar direitos⁽⁶⁾ sociais, principalmente em nosso país?

Neste contexto, importante asseverar que o Estado não pode desaparecer em função exclusiva de uma ordem capitalista. Atualmente, temos nos deparado com a prevalência do sistema da economia sobre os outros sistemas sociais.

Rogério Gesta Leal (2003, p. 167) aduz que “não podemos mais viver sobre um sistema opressivo, dominado exclusivamente pelo poder econômico”. Nota-se, também, que o sistema econômico dominante possui estruturas altamente complexas dentro dos sistemas evolucionados.

A intenção básica da economia política funda-se na realização e na harmonização das diversas necessidades do homem, observando-se os meios adequados para atendê-las e assegurá-las no espaço e no tempo. Mas como definir o tempo? A dimensão do tempo, na teoria de Luhmann,

não pode ser eliminada, descuidada por nenhuma teoria da sociedade. Não interessa a coerência dos eventos, mas sim a consistência do aparato teórico da teoria da sociedade (LUHMANN, 1993, p.276-278). No mundo antigo, o tempo se delimitava através da observação do movimento, com respeito à diferença entre movimento e não-movimento. Hoje em dia, o tempo se afigura através da diferença entre passado e futuro. Neste sentido, a sociedade se encontra entre um passado não vinculante e um futuro ainda não definido.

A crise do Estado de Bem-Estar parece estar na separação entre Estado e comunidade, quando deveria dar-se o oposto, ou seja, um modelo de Estado que abarcasse de forma dinâmica distintos segmentos sociais com estratégias de políticas públicas de inclusão social de forma significativa.

Tal premissa sequer invoca a idéia de um direito fraterno, fundado na obrigatoriedade universal de respeitar os direitos humanos, ou seja, do "ter humanidade", enfim, uma comunhão de juramentos, de comprometimentos e de responsabilidades. Este Direito Fraterno, jurado em conjunto por irmãos, homens e mulheres, com um pacto em que se "decide compartilhar" regras mínimas de convivência, que tem um olhar voltado para o futuro de forma não-violenta, define o acesso universalmente compartilhado a bens "inclusivos" (RESTA, 2004, p. 133).

As alternativas do Estado deveriam se concretizar no cidadão destinatário de políticas sociais, enfim possuidor de direitos e, na medida em que novas necessidades surgem, estas também devem ser compensadas e abarcadas na promoção do bem comum. Mas, hoje, o capitalismo se alimenta das "diferenças".(7)

O "direito a ter direitos"(8) foi abordado na concepção de Thomas H. Marshall, que, em 1949, propôs a primeira teoria sociológica de cidadania, vislumbrando-a como um elemento de mudança frente à realidade industrial e o Welfare State. Abordou, teoricamente, os direitos e obrigações inerentes ao cidadão, formulando uma tipologia dos direitos de cidadania. Seriam os direitos civis, conquistados no século XVIII, os direitos políticos, alcançados no século XIX, e os direitos sociais, conquistados no século XX. Afirma Boaventura de Sousa Santos (2003, p. 244) que "um dos principais méritos de Marshall consiste na articulação que opera entre cidadania e classe social e nas consequências que dela retira para caracterizar as relações tensionais entre cidadania e capitalismo".

Coloca Luhmann (2002, p. 144 e 381) que a teoria de sistemas sociais referiu o problema da complexidade social. Ademais, nesta visão, os sistemas possuem a função de reduzir a complexidade a que todos estamos submetidos, vislumbrando-se que "no plano operacional o sistema da sociedade está obrigado a conservar suas próprias comunicações", assim como deve "realizar uma auto-observação

contínua". Mas o paradoxo a ser enfrentado é justamente a idéia ontológica de que a complexidade é complexa.

Essa observação conceitual, contínua e autopoietica, fundada em si mesma, é a forma promissora de futuro, em que o fenômeno social dinâmico advindo do ambiente busca o Estado de Bem-Estar na acepção maior da palavra, uma vez que estamos sempre em processo de construção e desconstrução. Não se pode renunciar às conquistas produzidas pelo tempo.(9)

O sistema político atua como subsistema da sociedade, assim como a religião, economia, etc., mas como imaginar que uma sociedade organizada em subsistemas não disponha de um órgão central, de um "vértice central"? Luhmann (2002, p. 44) fundamenta que a sociedade moderna não representa a si mesma, pois "é um sistema sem porta-voz e sem representação interna". Partindo dessa premissa, poderíamos falar de distintas realidades quando do desenvolvimento moderno da sociedade, este só podendo ser compreendido como aumento da rede comunicativa. Também não podemos esquecer que a realidade deve ser entendida como processo dinâmico; ademais, todo subsistema possui certa relação com o "sistema global" ao qual pertence (LUHMANN, 2002, p. 93).

O respeito generalizado pela dignidade surge no Estado de Bem-Estar, caracterizando-se, geralmente, como aquele que adota prestações sociais a determinadas parcelas da população, arcando com seus custos sociais. Dessa forma, "esta empresa tiene que fracasar como consecuencia de tener de satisfacer tales costes". Propõe Luhmann (2002, p.47) formular um outro conceito de inclusão com a ajuda do conceito sociológico deste. Imperioso destacar que, a partir de uma nova dimensão social das últimas décadas, com repercussões na organização social e política da sociedade em especial, é possível compreender a expressão "políticas públicas" como o conjunto de ações que nascem do contexto social, mas passam pela esfera estatal, atuando como uma decisão de intervenção pública numa realidade social, "quer que seja para fazer investimentos ou simplesmente para uma mera regulamentação administrativa". (BONETI, 2006, p. 74).

Na visão de Eros Roberto Grau (2005, p. 25), "a expressão política pública designa atuação do Estado, desde a pressuposição de uma bem marcada separação entre o Estado e a sociedade". Lembra o autor que o termo cobre todas as formas de intervenção do poder público na vida social e, de tal forma, isso institucionaliza o próprio direito, que passa a manifestar-se como uma política pública neste quadro – "O direito é também, ele próprio, uma política pública". Ademais, o Estado esteve sempre a "intervir" na ordem social e, por isso, a desenvolver políticas públicas. Neste século, o Estado "intervencionista" opera com um salto qualitativo. Sandra Vial (2005, p. 98) formula a idéia da indispensabilidade da crítica como constante e permanente, "especialmente no contexto atual, onde não temos mais certezas".

Nesse contexto, o Estado social legitima-se pela realização de políticas, ou seja, programas de ação (GRAU, 2005, p. 26). Essas políticas, contudo, não se reduzem à categoria das políticas econômicas; englobam, de modo mais amplo, todo o conjunto de atuações estatais no campo social, com vistas à consecução de políticas sociais.

Neste contexto, importante lembrar Habermas (2003, p. 332) quando afirma que “o processo democrático desempenha a tarefa de programar o Estado no interesse da sociedade”. A democracia e o direito operam conectados um ao outro, não podemos visualizar uma democracia sem que o direito esteja ligado a esta, ou vice-versa. A norma jurídica é o sustentáculo da democracia; portanto, indispensável para qualquer modelo de desenvolvimento centrado no ser humano.

Na concepção luhmanniana, o conceito de inclusão significa a incorporação da população global a prestações nos distintos sistemas funcionais da nossa sociedade, sem abandonar a importância do acesso a elas e, de outro lado, a dependência que estas vão ter nos distintos modos de vida individuais. Cabe destacar que, na medida em que a inclusão se realiza, desaparecem aqueles grupos que não participam da vida social e vivem marginalmente.

O Estado de Bem-Estar também passa pela realização da inclusão política (LUHMANN, 2002, p. 49). A inclusão é um princípio aberto e estabelece que todos merecem atenção política, porém não diz o que fazer para que isso ocorra. Isso exige comunicação, já que a política condiciona suas próprias possibilidades, não sendo compreensível como um sistema fechado, tampouco como um sistema aberto; são ambas as coisas e deve ser abordada através de um conceito de auto-referência.⁽¹⁰⁾ Ainda que tal sistema somente se componha de seus próprios elementos, pode reproduzir por ele próprio uma determinada ordem desses elementos.

Desta necessidade de manter a capacidade de reprodução de forma dinâmica por si mesmo, o requisito da auto-referência se converte em condição de todas as operações do sistema. Desta forma, um sistema referente somente pode realizar operações por “autocontato”, ou seja, em sintonia com outras operações próprias. Toda decisão faz referência a outras decisões deste mesmo sistema. Da perspectiva sociológica, a auto-referência é o resultado da evolução sistêmica evolutiva, e a auto-referência política é a via de consequência do produto da diferenciação social específica dos sistemas políticos. Os processos de comunicação política se auto-sensibilizam, ou seja, devem estar sensíveis a problemas e tarefas com que vinculam ao ambiente social. Os contatos com o ambiente são imprescindíveis, dotando de estímulo as iniciativas e também os argumentos. A idéia de bem-estar como meta política constitui a correlação semântica da auto-referência política, eis que esta atua como

um princípio tautológico, uma vez que o bem-estar é um princípio indefinido (LUHMANN, 2002, p. 55).

Conforme abordado anteriormente, o princípio da compensação e os princípios reguladores da igualdade e da seguridade não são limitados, mas sim meros pontos de referência na busca de um Estado de Bem-Estar Social. Os códigos binários, verdadeiro/falso, justo/injusto, são/enfermo, citados na obra de Luhmann (2002, p. 57), são organizados em âmbitos comunicativos da sociedade, sendo que o autor formula a tese de que as sociedades modernas, complexas e dinâmicas não podem ser discriçãoarizadas.

Mas o direito visa à garantia de prestações em prol da sociedade, “assim como a sociedade oferece material para o direito na forma de conflitos, expectativas, fatos, fenômenos e sedimentações de sentido”. Ademais, a “função social do direito” ou “relação entre o direito e a sociedade” trata, empiricamente, “da incidência do direito sobre a sociedade e da sociedade sobre o direito, enquanto, entre ambos, pode-se pretender ativar reciprocamente, fatores de transformação ou de adequação”. (CAMPILONGO, 2001, p. 178).

Importante diferenciar, na ótica de Luhmann (2002, p.111), os meios de atuação do Estado de Bem-Estar, atentando que o direito e o dinheiro são meios de comunicação que se fazem presentes em toda a sociedade. Dessa forma, o sistema político do Estado de Bem-Estar seria impensável sem direito e dinheiro. Essa atuação possui duas formas: a primeira é permitir o tráfego privado, expansionista; a segunda é o favorecimento de grandes sistemas organizativos. Também seria um erro considerar os problemas advindos da Política no Estado Social, como exclusivo da burocracia. O sistema político opera mediante a ótica de oposição e governo, e somente através da democracia é que a sociedade atinge um processo evolutivo de forma global.

Ainda pode-se citar a idéia de Santos (2003, p. 323), quando escreve sobre o futuro: “só há uma solução: a utopia”, pois é através dela que se luta por algo melhor. Claro é que toda a humanidade tem “direito de desejar”. Alguns desejos utópicos podem eventualmente se realizar, mas o autor deixa claro que a natureza da utopia é sempre buscar o que não pode ser satisfeito, criando uma vontade de lutar por alternativas.

Considerações finais

A tensão entre o Estado capitalista, a democracia e o Estado de Bem-Estar preconizado por todos os cidadãos, na contemporaneidade, reflete a necessidade de se redesenhar o Estado e, conseqüentemente, as políticas públicas deverão ser eficazes e inclusivas. Por outro lado, as soluções naturalmente também têm o seu perfil definido pela realidade, e esta nos mostra que “o avançar social” significa, muitas vezes, adentrar no campo

econômico, devendo o Estado desempenhar um papel determinante, a fim de estipular uma política de inclusão social em prol da sociedade. Hodiernamente, não se pode conceber que, atuando, o Estado não proporcione e priorize o Estado de Bem-Estar de seus cidadãos a partir de procedimentos democráticos de inclusão social, respeitando os limites socialmente aceitos.

De outra banda, inegável que vivemos em uma sociedade capitalista, em que as possibilidades são vistas apenas através dos limites; dessa forma, temos de produzir diferenças, impondo-nos uma caminhada sem negar o passado histórico, mas cientes de que, conhecendo o passado, produziremos possibilidades de futuro no que tange ao Bem-Estar da sociedade. As questões modernas retratam de forma inquietante a exclusão social de uma parcela significativa da população em termos mundiais, cidadãos que vivem à margem da miséria, carecedores de bem-estar, em conta da efetivação de políticas públicas adotadas pelos Estados. Mas o futuro...

Referências

ANDERSEN, Gosta Esping. O Futuro do Welfare State na Nova Ordem Mundial. Publicações ANPOCS, 1995. Lua Nova, n. 35-95.

BEILHARZ, Peter. Globalização, bem-estar e cidadania. In: OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célia (orgs.) Os sentidos da Democracia. 2. Ed. São Paulo: Vozes, 2003.

BONAVIDES, Paulo; LIMA, Francisco Gérson Marques de; BEDÊ, Fayga Silveira (coord). Constituição e democracia: estudos em homenagem ao professor J.J. Gomes Canotilho. São Paulo: Malheiros, 2006.

BONETI, Lindomar Wessler. Políticas públicas por dentro. Ijuí: Unijuí, 2006.

CAMPILONGO, Celso Fernandes. O direito na sociedade complexa. São Paulo: Max Limonad, 2001.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia. In: VIEIRA, Litz. Cidadania e controle social. In: PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; GRAU, Nuria Cunill. (org) O público não-estatal na reforma do estado. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

COMPARATO, Fábio Konder. In: GRAU, Eros Roberto. O direito posto e o direito pressuposto. São Paulo: Malheiros, 2005.

DWORKIN, Ronald. O império do direito. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

- GIORGI, Raffaele de. Direito, democracia e risco. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 1998.
- GÓMEZ, José Maria. Política e democracia em tempos de globalização. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO; Rio de Janeiro: LPP – Laboratório de Políticas Públicas, 2000.
- GRAU, Eros Roberto. O direito posto e o direito pressuposto. São Paulo: Malheiros, 2005.
- HABERMAS, Jürgen. A Inclusão do outro. São Paulo: Loyola, 2002.
- _____. Direito e Democracia. Rio de Janeiro: Biblioteca Tempo Universitário, 2003. v. I.
- KANT, Immanuel. A filosofia do direito de Kant. In: MORRIS, Clarence (org). Os grandes filósofos do direito. Tradução de Reinaldo Guarany. São Paulo: Martins Fontes.
- LEAL, Rogério Gesta. Direito urbanístico. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.
- LUHMANN, Niklas. Teoría política en el estado de bienestar. Madrid: Alianza Universidad, 2002.
- _____; GIORGI, Raffaele de. Teoría de la sociedad. México: Iberoamericana, 1993.
- OST, François. O tempo do direito. Bauru: Edusc, 2005.
- PEREIRA Luiz Carlos Bresser et al (org). Sociedade e Estado em Transformação. São Paulo: Unesp, 2003.
- RESTA, Elígio. O direito fraterno. Tradução de Sandra Regina Martini Vial. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.
- SANTOS, Boaventura de Souza. Pela mão de Alice. São Paulo: Cortez, 2003.
- _____. Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- SCHWARTZ, Germano. A fase pré-autopoiética do sistemismo luhmanniano. In: ROCHA, Leonel Severo; SCHWARTZ, Germano; CLAM, Jean. Introdução à teoria do sistema autopoiético do direito. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.
- SHAFIR, 1998, in VIEIRA, Litsz. Os argonautas da cidadania. São Paulo: Record, 2001.

SOARES, Mário Lúcio Quintão. Teoria do estado: O substrato clássico e os novos paradigmas como pré-compreensão para o direito constitucional. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

Notas

1. Boaventura de Sousa Santos lembra que a democracia participativa se mostra fundamental para a sociedade porque proporciona a cada cidadão a oportunidade de participar na tomada de decisões políticas. (SANTOS, 2003, p. 156).
2. O autor, ao abordar os problemas da governabilidade democrática, critica a democracia moderna, entende que não podemos usar a prática descritiva da democracia havendo uma evidente dicotomia entre ideais e fatos. Lembra que o tempo da decisão é o presente e aduz que os riscos da governabilidade democrática são os riscos inerentes à permanente exposição da democracia, além de haver a probabilidade de que as pressões do ambiente constituam uma ameaça para o sistema da política.
3. É mister, entretanto, evitar o habitual equívoco de equiparar os direitos do Welfare com a cidadania social: "os primeiros baseiam-se em meios e destacam os indivíduos vulneráveis que necessitam de proteção; a última é universal e adquirida como um direito pelo fato de pertencer a comunidade". (SHAFIR, 2001, p. 42)
4. Neste contexto, Jürgen Habermas (2002, p. 136) lembra que os cidadãos precisam poder experimentar o valor de uso de seus direitos também sob a forma da segurança social e do reconhecimento recíproco de formas de vida culturais diversas. Essa perspectiva, afirma o autor supracitado, foi sugerida pelo Estado de bem-estar social que se desenvolveu na Europa sob as circunstâncias muito favoráveis do período que sucedeu o pós-guerra.
5. Roland Robertson (1993), Saskia Saaen (1991) e Paul Hirst (1995) apud BEILHARZ (2003, p. 180).
6. Immanuel Kant (2002, p. 240), ao conceituar o direito, lembra três aspectos: o primeiro como obrigação (aspecto moral); em segundo lugar, o conceito de direito não indica a relação do arbítrio com o desejo de um outro, como nos atos de benevolência ou crueldade, mas apenas a relação com o arbítrio de outrem. Em terceiro lugar, o arbítrio é livre, se a ação de um pode harmonizar-se com a liberdade do outro.
7. Termo usado por Boaventura de Sousa Santos (2003, p. 242) quando aborda a idéia de proletariado nos termos previstos por Marx.

8. Assevera Boaventura de Sousa Santos (2003, p. 199): “a luta pelo direito a ter direitos”, que refere como os direitos deixam de ser uma condição dada e começam a ser solicitados; além disso, acentua a importância do direito que todo ser humano tem de pertencer a uma comunidade política, porque é nela que se materializam os direitos.

9. François Ost, na obra *O tempo do Direito*, faz uma exposição dialética sobre o tempo e o direito, com uma visão filosófica, social e política.

10. Por auto-referência se entende um sistema que produz e reproduz por ele mesmo os elementos referentes às decisões políticas de que está constituído (LUHMANN, 2002, p. 54).